

GEOGRAFIA

&

EDUCAÇÃO

O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DOS CERRADOS*

Dimas Moraes PEIXINHO**

RESUMO

Neste texto faço uma análise do processo de ocupação dos Cerrados através das políticas de incentivos que o governo criou a partir da década de 1970. As políticas adotadas, através de incentivos, possibilitaram a implantação de um modelo técnico que se baseia na mecanização agrícola e no uso de insumos químicos para a produção de produtos agrícolas, os quais se voltam para o mercado externo, principalmente a soja. Esses programas associados à construção de uma rede de infra-estrutura mudaram a dinâmica da região Centro-Oeste, produziram uma nova espacialidade, em que diferentes formas se encontram, ampliando, assim, as contradições desse espaço regional.

As referências quanto à presença humana nos Cerrados são variadas. Diferentes autores, valendo-se de dados antropológicos, indicam tempos diferentes. Por exemplo, Pinto (1994, p.12) fala em 11 mil anos: “O povoamento do Cerrado brasileiro teve início há cerca de 11.000 anos, com caçadores e coletores adaptados às condições ambientes”.

Já Klink (1996, p.25), fazendo referência a Coutinho (1990), fala em cerca de 1200 anos antes da chegada dos colonizadores portugueses:

* Esse artigo é parte da minha Dissertação de Mestrado defendida em 1998, na Universidade de São Paulo, sob a Orientação da Prof^a. Dr^a. Iraci Gomes Palheta, com o título: *Onças Vermelhas e Amarelas: o Processo de Ocupação dos Cerrados – com estudo de caso em Rondonópolis-MT*.

** Prof. Assistente do Depto de Geografia do Campus da UFG em Jataí.

A presença humana no Cerrado data pelo menos 1200 anos antes da chegada dos colonizadores portugueses. Estudos antropológicos confirmam o uso do fogo por populações indígenas do Cerrado para a prática da caça ou guerra entre tribos.

Independente da datação da presença humana nos Cerrados, o mais significativo é saber que esse espaço tem servido de habitat para homens muito antes dos nossos tempos. Esse fato é significativo, porque os discursos dos atuais ocupantes dos Cerrados sempre se referem a tal espaço como um vazio, como um espaço desprovido de habitantes. As populações indígenas que ainda hoje habitam os Cerrados foram ou estão sendo expulsas em nome da “ocupação racional”, da “ocupação produtiva”.

Se as datas dos primeiros habitantes são desconhecidas, as datas do início da ocupação pós-chegada dos europeus é menos polêmica. Ela data do início do século XVIII, com a abertura e assentamentos de povoados para a exploração de ouro e pedras preciosas nas então províncias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Com o declínio dessas atividades, tais áreas foram ocupadas com a criação extensiva de gado e assim permaneceram até meados da década de 1950, quando um novo e intenso movimento provocou uma “redescoberta” dos Cerrados brasileiros.

O isolamento dessa região se deu em função de as principais atividades econômicas desenvolvidas no país estarem ligadas às regiões litorâneas - o Brasil se fez de costa para o continente. A nossa economia foi e é uma economia de exportação. Por outro lado, essa economia estava baseada na exportação de produtos primários, os quais eram cultivados nas terras de matas, diferentes das dos Cerrados. Os solos dos Cerrados apresentam características de alta acidez e baixa quantidade de nutrientes básicos para o cultivo, o que dificulta a prática de determinadas culturas sem a correção dos solos, que por isso ficaram relegados a um segundo plano no processo de expansão da agricultura

brasileira. E por último, a falta de infra-estrutura somada à abundante extensão de terras de melhores qualidades e mais próximas dos grandes centros consumidores deixaram essas terras como reserva até meados da década de cinquenta.

Apesar de sofrer esse isolamento, alguns fatos marcaram iniciativas de ocupação da região. No governo do Presidente Getúlio Vargas, promoveu-se a chamada “Marcha para Oeste”, que tinha como objetivo a ocupação de tais terras. Os resultados dessa ação foram muito tímidos frente aos que eram esperados. Concretamente tivemos: a instalação das colônias de Dourados em Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul) e de Ceres em Goiás; a construção de Goiânia, nova capital do Estado de Goiás, construída com o objetivo de dar uma nova dinâmica ao Centro-Oeste; a construção de alguns trechos de ferrovias que possibilitaram a expansão para algumas áreas, de que foi exemplar a construção da ferrovia que liga a Capital do Estado de São Paulo a Anápolis, passando pelo triângulo Mineiro. Outra ferrovia que possibilitou a expansão desta região foi a Noroeste do Brasil, ligando São Paulo a Corumbá, passando por Campo Grande. Apesar de essas iniciativas terem sido importantes para a região, elas não foram suficientes para promover uma ocupação mais efetiva dos Cerrados, que permaneceram como uma região de pecuária extensiva.

A ocupação dos Cerrados só assumiu um caráter mais dinâmico com a construção de Brasília em fins da década de 50. Este fato, além de transferir a capital para o planalto central, criou também um sistema rodoviário ligando a nova capital ao núcleo mais dinâmico do país - o Centro-Sul. E ainda estendeu rodovias a partir da capital federal até a região amazônica, as quais beneficiaram a penetração da região dos Cerrados, como as Rodovias Belém-Brasília e Cuiabá-Santarém. Essa infra-estrutura teve um papel fundamental no processo de ocupação do Centro-Oeste, pois tornou acessível a incorporação de novas terras, principalmente, à pecuária.

A mudança de visão sobre o aproveitamento dos Cerrados

A visão de que as terras de Cerrado eram impróprias para o cultivo começou a mudar na década de 1960. Pesquisas sobre as características dos Cerrados, que vinham sendo feitas desde o início do século, evidenciavam que os solos dos Cerrados tinham uma fraca composição de nutrientes e uma alta acidez provocada pelo excesso de alumínio; que as características climáticas desta região eram dominadas por duas estações climáticas, uma chuvosa e outra seca, e que na estação chuvosa acontecia um período de estiagem chamado de “veranico”, o qual poderia comprometer o cultivo. Por outro lado, essas terras, do ponto de vista da topografia, eram bastante planas ou levemente onduladas, favorecendo o uso de mecanização. Essas características naturais, limitando o uso das terras dos Cerrados, poderiam ser superadas com corretivos nutricionais, de acordo com as plantas cultivadas, todavia isso demandaria um alto investimento. Com base na idéia de alto investimento, criou-se uma concepção ideológica de que as terras de Cerrado só seriam viáveis para grandes propriedades e com um intenso uso de tecnologia. Essa concepção dominante de que os Cerrados só seriam ocupados partindo de um modelo tecnológico moderno, norteou o seu processo de ocupação. Quanto à necessidade de se adotar tecnologias apropriadas para a exploração dos Cerrados, existem poucas divergências, porém a idéia de que esse modelo deveria ser calcado na grande propriedade é bastante discutível.

O fato de ser preciso um alto investimento financeiro para dotar as terras de Cerrado das condições necessárias para a produção, não significa que a pequena propriedade não pudesse fazê-lo. Isso porque os recursos investidos nos grandes projetos foram oriundos dos subsídios do Estado. Essa exclusão da pequena propriedade não se dava nos níveis de sua eficiência para a ocupação dos Cerrados, mas na concepção do tipo de produtor que se queria criar nos Cerrados.

Tal concepção queria um produtor “moderno”, capaz de incorporar

um modelo tecnológico baseado no consumo de máquinas e insumos produzidos pela indústria e que se voltasse para uma produção de culturas de exportação. Com isso, criou-se um “modelo ideal” de produtor para os Cerrados - o produtor empresário do tipo urbano. Esse tipo ideal excluía o latifundiário do tipo atrasado e o pequeno produtor familiar. Nesse sentido, a fala do Ministro do Planejamento Reis Veloso é bastante relevante:

os Cerrados não gostam de agricultura tradicional e sim de agricultura empresarial, com inteligência. Gosta de fertilizantes, de tecnologias avançadas e de mecanização. É uma oportunidade que se tem de modificar a estrutura da exploração agrícola no Brasil. Evidentemente, se o POLOCENTRO poderá trazer um aumento da produção agrícola, os lucros dos empreendimentos ficarão nas mãos de poucos empresários com condições de desenvolver uma agropecuária mecanizada e moderna. (Jornal do Brasil, 14 de abril de 1975) (Sorj, 1980, p.140)

A fala do Ministro Reis Veloso deixa claro que a ocupação dos Cerrados vai além do uso de máquinas e insumos modernos, ela é a possibilidade que o governo vê de criar um “novo” tipo de produtor rural. Os Cerrados eram o tipo ideal para essa construção, porque constituíam uma área desprovida de uma produção mercantil vigorosa e permitiriam começar um novo projeto para mudar as relações de produção na agricultura brasileira. Essa busca emblemática de um “novo padrão de desenvolvimento” vai passar por um modelo baseado na tecnologia japonesa. Nesse sentido, a ocupação dos Cerrados vai além da simples expansão sobre terras “não ocupadas”, mas assume o significado de um Brasil “novo e moderno”.

Aziz Ab’Sáber, um grande estudioso dos Cerrados, ao visitá-los pela primeira vez, em 1946, constatou que as terras dos Cerrados obedeciam ao mesmo padrão de ocupação de 200 anos atrás. Segundo o seu relato: “Poucos fazendeiros mantinham uma meia dúzia de cabeças de gado magro

em enormes extensões de terra. Alguns agricultores cultivavam pequenas lavouras às margens dos rios” (WWF, 1996, p.18).

Léo Waibel (1958, p.194-195), geógrafo alemão que passou algum tempo estudando o Brasil na década de 40, deixou a seguinte impressão sobre o uso das terras de Cerrados:

Por todo o Brasil, o povo acredita que as terras de Cerrado, como de todos os campos, não são boas absolutamente; que elas não são apropriadas para a cultura e que só podem ser usadas para pastos.(...) Buscando descobrir as razões desta opinião, achei que ela é inteiramente baseada em presunções e conclusões. O principal argumento é que, até agora, através da história de todo o Brasil, a agricultura tem sido limitada às terras de mato e nunca foi praticada nas terras de campo.

Não há duvida de que até hoje as terras de campo Cerrado têm sido evitadas para agricultura, porque ainda há bastantes terras boas de mato disponíveis, que, sujeitas aos presentes métodos agrícolas extensivos, produzem boas safras. Mas isto não quer dizer que o campo Cerrado seja incultivável e que não será cultivado se aumentar a pressão demográfica, se as terras de mato ficarem mais escassas e se forem aplicados métodos agrícolas mais intensivos. (grifo meu)

Tanto Ab´ Sáber como Waibel têm razão em suas assertivas, pois os Cerrados até a década de 1960 tinham um uso muito limitado do ponto de vista econômico, destinando-se tão somente ao uso da pecuária extensiva e de uma agricultura de subsistência nas terras mais férteis, nos vales dos rios. Essa paisagem mudou através dos diversos programas de estímulos à ocupação das terras dos Cerrados; programas que tiveram como eixo fundamental os estímulos governamentais através do crédito subsidiado e da montagem de uma infra-estrutura voltada para o escoamento da produção dos Cerrados.

Os japoneses e os Cerrados brasileiros

Os programas de desenvolvimento para os Cerrados, surgidos a partir de fins da década de 1960 e início da década de 1970, no Brasil, confundem com os interesses de expansão do capital estrangeiro no Brasil, principalmente do japonês.

As primeiras iniciativas dos japoneses nesse sentido foram apresentadas ao Governo do Presidente João Goulart em meados a década de 1960, através de um plano de desenvolvimento para os Cerrados. Estava à frente da elaboração desse plano a Japan International Cooperation Agency (JICA). Essa agência do governo japonês elaborou um plano para desenvolver um programa de aproveitamento dos Cerrados dos estados de Minas Gerais e Goiás, com a produção de grãos que seriam exportados através do Porto de Tubarão, no Espírito Santo. O Estado Maior das Forças Armadas, em reunião, vetou o plano sob a alegação de que ele colocaria em risco a soberania nacional. Os mesmo militares que vetaram o acordo com os japoneses no governo do Presidente Goulart, assinaram um acordo em 1971, pelas mãos do Presidente Médici, com o governo japonês, chamado Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Japão, que, entre outras coisas, previa o estudo dos Cerrados brasileiros para futuras explorações. A partir desses estudos, houve um desdobramento de ocupação dos Cerrados, sendo a maioria com capital japonês, como veremos mais adiante.

PCI - um programa laboratório

O primeiro programa de desenvolvimento dos Cerrados, mesmo que ainda em forma de laboratório, mas já com uma certa importância, foi o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados - PCI, elaborado em 1972 pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais -BDMG. É interessante verificar que esse programa surge no ano seguinte à assina-

tura do acordo com o governo japonês. Porém, não fazia parte, ainda, do plano proposto pelos japoneses.

Esse programa, que serviria de laboratório para outros planos, tinha como objetivo a incorporação de 292.798 hectares de terras dos Cerrados mineiros através do uso de técnicas modernas, possibilitando a exploração agrícola destinada ao mercado externo.

Os resultados do PCI ficaram abaixo do esperado: entre os anos de 1972 e 1974, o programa financiou 230 projetos espalhados por uma área de 111.025 hectares, número inferior em 50% ao da área prevista. E, além disso, excluiu os pequenos proprietários da possibilidade de se incorporarem ao programa, dadas as exigências do banco financiador. A esse respeito Guanzioli e Figueiras(1986, p.06) dizem:

Os empréstimos oferecidos pelo Banco Central procuravam atender aos grandes e médios proprietários por serem os únicos em condições de aceitar as normas dos empréstimos. A área média dos beneficiados foi de 483 ha. Por cada cruzeiro emprestado ao mutuário do programa era exigido Cr\$ 1,25 de bens em garantia, e o empréstimo mínimo era de Cr\$500 mil - o que a preço de 1972 - equivalia a 80 mil dólares ou aproximadamente 640 milhões de cruzeiros de 1985.

Parte dos recursos desse programa foi emprestada pelo Banco Mundial, no valor aproximadamente de 32,9 milhões de dólares a preços de 1973, o que equivalia a 38,8% do custo de todo o programa.

Segundo Salim (1981, p.62-63), esse programa, mesmo não provocando uma revolução nos Cerrados brasileiros, trouxe alguns resultados:

- a) Favoreceu enormemente o consumo de insumos modernos e máquinas agrícolas numa região que, até então, apresentava uma agricultura incipiente e com baixíssima capacidade técnica;

- b) Criou condições para que fosse incorporada produtivamente vasta quantidade de terras à agropecuária mineira, bem como a recuperação, dentro dos padrões tecnológicos modernos, de boa quantidade de terras de Cerrados que apresentavam já certo esgotamento da fertilidade natural e/ou operavam em moldes tradicionais e, portanto, com resultados pouco satisfatórios;
- c) Por fim, cabe ressaltar que o relativo sucesso do PCI no Estado de Minas Gerais transformou-o em projeto piloto para a elaboração de um programa especial em nível federal [o POLOCENTRO].

Salim, corroborando as críticas de Guanziroli e Figueira ao PCI, confirma que esse programa foi um autêntico instrumento de transferência de recursos financeiros aos grandes proprietários e de exclusão dos pequenos proprietários, uma vez que as garantias exigidas eliminavam estes do programa.

O Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados – PCI, que teve seu auge entre 1972 e 1974, praticamente se extinguiu com a entrada em funcionamento de outro programa mais arrojado - o POLCENTRO, porém ainda financiou alguns projetos até 1979.

O PADAP e a entrada dos japoneses nos Cerrados

Paralelo à execução do PCI, em 1973, o então Secretário de Agricultura de Minas Gerais, Alysson Paulinelli, assina um acordo com a Cooperativa Agrícola de Cotia - CAC para a implantação do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba - PADAP.

A Cooperativa Agrícola de Cotia, que historicamente esteve ligada aos japoneses ou seus descendentes brasileiros, selecionou colonos do Sul do país para dar início ao projeto, e, entre os selecionados, 80% eram nisseis. Essa ligação com os japoneses fez com que técnicos vindos do Japão acompanhassem todas as fases de execução do projeto.

Foi desapropriada uma área de 60.000 hectares, dividida em 4 núcleos. Segundo Guanzioli e Figueira (1986), usou-se o Estatuto da Terra como instrumento para a desapropriação dessas áreas, posto que elas faziam parte de um complexo de minifúndio e latifúndio, facilitando assim o uso desse instrumento legal. Segundo os autores citados, quando interessa ao poder a execução dos seus projetos, ele lança mão dos instrumentos necessários para a sua consumação e é capaz de enfrentar o latifúndio, o mesmo não ocorre quando esses projetos são de interesse social.

Os valores investidos, ao longo do projeto, foram aproximadamente 200 milhões de dólares (valores de 1986). Todo esse investimento provocou uma mudança na agricultura das áreas do programa com a incorporação de máquinas e insumos modernos, sendo que 100% dos assentados usavam esses aparatos tecnológicos.

Para os promotores, o programa foi um sucesso, porém, a população local, que fora excluída da possibilidade de participar do programa, uma vez que os colonos vieram do Sul do país, acabou vendendo suas terras, pois como é comum em tais casos, o valor da terra no entorno do projeto sobe de preço e acaba motivando uma concentração fundiária.

O PADAP e o PCI foram programas pilotos que serviram de base para a elaboração de dois grandes projetos colocados em andamento nos anos seguintes - POLOCENTRO e PRODECER.

Os resultados obtidos com o PADAP eram todos acompanhados pela COTIA, JICA e por vários órgãos do governo federal. O sucesso do programa, do ponto de vista do setor capitalista exportador, fez com que o governo federal elaborasse um plano ainda mais ambicioso, visando a ocupação da região Centro-Oeste: o POLOCENTRO (Guanzioli, Figueira, 1986, p.6).

POLOCENTRO - o maior programa de ocupação dos Cerrados

O Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO - foi instituído pelo Decreto n. 75.320 de 29 de janeiro de 1975, encaminhado à apreciação do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) na mesma data, através da exposição de motivos n. 002/75 - CDE. Esse programa foi criado dentro da estratégia de desenvolvimento do II PND - Programa Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). A teoria que inspirava o programa era a do desenvolvimento polarizado, daí o nome de POLOCENTRO.¹ Esse pólo visava a desenvolver o Brasil Central, ou seja, as áreas dos Cerrados. Com essa filosofia de pólos, escolheram-se algumas áreas e, partindo delas, buscou-se desenvolver a ocupação dos Cerrados.

Essa metodologia de pólos provocou uma concentração fundiária, pois estava fundamentada em uma estratégia de concentração creditícia em poucas áreas. Além de criar uma fragmentação espacial, excluiu a população local desse desenvolvimento.

Ao adotar a estratégia de pólos de desenvolvimento, o Programa concentrou os seus efeitos em algumas poucas áreas - leia-se também municípios com certa tradição agrícola - tornando tais efeitos descontínuos, em termos espaciais, no desenvolvimento agrário da região. Portanto, além de promover a concentração creditícia e fundiária como estratégia de acumulação, as contradições engendradas pela exclusão social e crescente proletarianização da força de trabalho rural, são ainda agravadas pela concentração espacial do desenvol-

1 Além do POLOCENTRO, outros pólos foram criados com esta mesma filosofia, como por exemplo: Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal - PRODEPAN, Programa Especial da Região da Grande Dourados - PRODEGAN, Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília - GEOECONÔMICA, e o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLOAMAZONIA, que inclui parte do Mato Grosso.

vimento agrário em algumas ilhas de prosperidade, que vivem às expensas de um verdadeiro exército rural de reserva em profusão. (Salin, 1981, p.83)

O objetivo central do programa, segundo seus idealizadores, era a incorporação de 3,7 milhões de hectares de terras dos Cerrados ao setor produtivo no quinquênio 1975/1979, sendo 1.800.000 hectares com lavouras, 1.200.000 hectares com pecuária e 700 mil hectares com reflorestamento. As áreas escolhidas, além de dinamizarem o desenvolvimento do seu entorno, deveriam possibilitar a ligação com os centros consumidores e principalmente com os portos através dos “corredores de exportação”, já que a produção se destinava principalmente ao mercado externo. Um outro aspecto levado em consideração foi a existência de reservas de calcário, produto de fundamental importância na correção dos solos dos Cerrados. Porém, um dos instrumentos que constituiu a própria condição de existência do POLOCENTRO foi o crédito subsidiado e a construção, por parte do governo, de infra-estrutura assinalada por: construção de uma extensa rede de rodovias, que ligavam as áreas produtoras aos portos, o chamado corredor de exportação; criação de um sistema de armazenamento, que servia de entreposto para facilitar o escoamento das safras; criação de condições para que o Banco do Brasil (banco oficial de distribuição dos créditos) pudesse distribuir e acompanhar a fiscalização da aplicação dos recursos; criação ou ampliação da rede oficial de empresas de assistência técnica nos estados; criação da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que centralizou todas as pesquisas do governo federal para desenvolver/ e ou difundir tecnologias voltadas para o aproveitamento dos Cerrados.

Juntamente com as condições materiais, o governo também definiu o tipo de produtor que seria estimulado a produzir nos Cerrados.

Ficava claro, para o governo, que os agentes não podiam ser nem os latifundiários tradicionais, nem os minifundiários não integrados ao

mercado. Para desenvolver esse novo sistema produtivo, era necessário provocar uma transformação fundiária que criasse - *strictu sensu* - a figura do empresário rural do Estatuto da Terra.

O problema reside em que o “latifúndio é eliminado”, não para solucionar o problema dos camponeses sem terra, senão para viabilizar a exploração capitalista da terra. E é isso, em definitivo, que o Estado estaria subvencionando: uma agricultura moderna, que passa a demandar máquinas, equipamentos e fertilizantes, colaborando, inclusive, com os setores industriais que fabricam estes equipamentos; e priorizando o mercado internacional, em detrimento aos produtos de consumo básico em nossa alimentação. Em suma, a idéia de que a vocação natural da região era a de desenvolver uma agricultura de exportação nos moldes da empresa capitalista, foi difundida, propagada, financiada e articulada, obviamente, sem nenhuma consulta às populações locais acerca das outras possíveis vocações que a região poderia ter. (Guanzirolí, Figueira, 1986, p.16-18)

Quando os autores falam da eliminação do latifúndio, entendo que eles estão falando do modo como as propriedades produzem, ou seja, do latifúndio por exploração e não do latifúndio por dimensão, até porque nas áreas dos Cerrados a implantação desses programas, de modo geral e do POLOCENTRO em particular, aumentou a concentração da estrutura fundiária. Isso fica claro no estudo realizado pela Fundação João Pinheiro (1984, p.1139), que avaliou o desenvolvimento do POLOCENTRO e, neste item específico, conclui:

A acentuação da concentração fundiária e a expansão das atividades agropecuárias modernas, observadas nas regiões onde o POLOCENTRO atuou, aceleraram os processos de expropriação do pequeno produtor rural. Ao beneficiar tão somente os produtores de maior tamanho, como se evidencia através das informações de crédito rural, o POLOCENTRO se constituiu num reforço às condições estru-

turais de desigual distribuição de terras e de renda nas regiões de sua atuação e neste sentido, não ofereceu alternativas para atingir, na sua origem, o problema da ocupação e migração rural.

A concentração fundiária e a conseqüente exclusão dos pequenos proprietários constituem os pontos em que se concentra a maioria das críticas ao POLOCENTRO. Porém, essa concentração é vista pelo governo como algo “natural”, posto que os pequenos não teriam condições de adotar uma tecnologia adequada ao desenvolvimento proposto para os Cerrados. Um documento da Secretaria do Planejamento da Presidência da República (1978, VI) sobre o programa afirma:

A necessidade do uso de prática agrícolas modernas nos Cerrados tem levado muitos estudiosos dos problemas brasileiros à falsa conclusão de que o POLOCENTRO é um programa que contribui para a concentração da renda. O problema está na confusão do termo empresa agrícola com grande propriedade.

A verdade é que o POLOCENTRO procura transformar a agricultura de subsistência em uma agricultura empresarial, no sentido de uso de práticas agrícolas modernas e integração com o mercado, através de ampla assistência técnica, apoio financeiro e de infra-estrutura. O que o programa não permite é o minifúndio improdutivo e as técnicas rudimentares de produção, que levam à pobreza rural.

Esse mesmo documento deixa claro qual é a concepção de pequena propriedade para o POLOCENTRO:

Quanto ao tamanho dos empreendimentos agrícola do POLOCENTRO, a grande predominância é de pequenos (**propriedades familiares**, [Grifo meu] mas com tamanho suficiente para suportar a tecnologia recomendada para a mesma) e médios. Existem poucos projetos de maior porte no programa. A média é de 630 hectares por proprie-

dades, sendo de 424 em Minas Gerais, 527 em Goiás, e 998 em Mato Grosso.

Percebe-se pela própria argumentação que os estabelecimentos beneficiados eram grandes, pois mesmo os números apresentados para as médias propriedades revelam-se grandes, e ainda que o conceito de “propriedade familiar” não se refira ao conceito clássico, que é a propriedade que tem como fundamento o trabalho da família, evidentemente que as propriedades envolvidas no projeto usam trabalhadores assalariados. O argumento de que a pequena propriedade não é compatível com a tecnologia usada para o aproveitamento dos Cerrados é mais ideológico do que real, pois a exclusão dava-se no processo de seleção, porque essa definia o tipo de produtor que se queria. Por outro lado, a explicação se fragiliza como se a tecnologia escolhesse o produtor e não o contrário, cria-se um “fetiche tecnológico” com o objetivo de explicar uma exclusão que se dá no nível da decisão política do Estado. É ponto pacífico que para explorar os Cerrados é necessário a utilização de técnicas que possibilitem corrigir as deficiências de nutrientes e a alta acidez dos solos. Porém, o modelo tecnológico desenvolvido desde a correção dos solos, montagem da infra-estrutura, produção das culturas que seriam exploradas nos Cerrados e principalmente as garantias, tudo foi planejado para a grande propriedade que se dedicasse principalmente à produção de produtos para exportação. Isso inviabilizou a inserção da pequena propriedade. É o que destaca a Fundação João Pinheiro (1984, p.1149-1150), que atenta também para a total desconsideração em relação ao mercado interno, notadamente o do Centro do país:

Mesmo nas regiões em que o processo de modernização foi mais vigoroso, observam-se tais efeitos concentrados em certas culturas, com resultados desfavoráveis para as lavouras de alimentos básicos - arroz, milho, feijão e mandioca - quando comparados aos obtidos pelas culturas ditas de exportação - soja, cana-de-açúcar, algodão -, permitindo inferir a premente necessidade de geração e difusão de

tecnologias apropriadas às culturas de alimentos básicos, caso se pretenda preservar o papel dos Cerrados no abastecimentos do mercado interno, notadamente o mercado regional do centro do país.

A exclusão dos pequenos produtores é, sem dúvida, a maior crítica que sofre o POLOCENTRO, porém, essa exclusão não está ligada ao POLOCENTRO em si mesmo, ela está em uma lógica de classes sociais. Kageyama et alii (1982), citados por Carvalho (1984, p.134), dizem:

o governo brasileiro tem se caracterizado por ignorar a diferenciação de classes na agricultura - ignorância conveniente porque beneficia os mais poderosos, os grandes proprietários rurais (...) Essa atitude de tratar igualmente produtores que são profundamente desiguais, além de socialmente injusta, tem levado a que os resultados da modernização da agricultura brasileira beneficiem efetivamente a minoria dos grandes produtores rurais, os setores oligopolistas da indústria fornecedora de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura, as agroindústrias processadoras de matérias-primas (que quase sempre são produtos agrícolas modernos) e os ramos repassadores dos recursos de créditos rural.

A política agrária e agrícola do governo brasileiro foi, desde o período colonial, em benefício das culturas de exportação. Enquanto as culturas de cana-de-açúcar e café ocupavam as melhores terras, as culturas de mercado interno, tipicamente produzidas nas pequenas propriedades, eram praticadas em terras de piores qualidades. Entre os próprios objetivos do POLOCENTRO estava a eliminação desta forma de produção, pois os “modernizadores” entendiam essas práticas como sendo atrasadas.

Do ponto de vista da expansão capitalista para as novas terras, o POLOCENTRO cumpriu os seus objetivos. Foi incorporado, nas áreas desse programa, algo próximo a 3,5 milhões de hectares, porém, ao contrário do que se planejou, a maior incorporação foi com pastagens. Somando as áre-

as incorporadas em Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, 70% são pastagens, 23% lavouras e 7% reflorestamento.

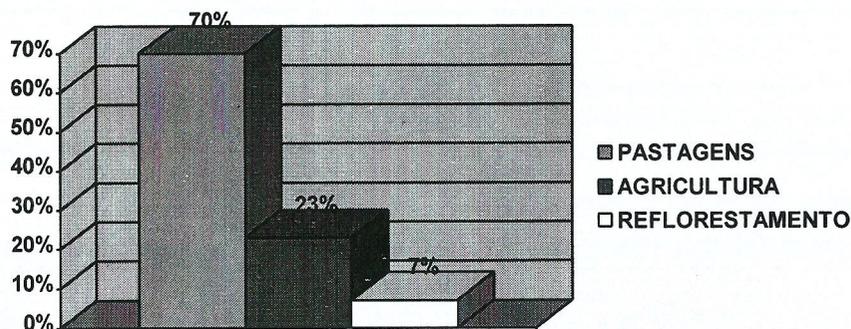
Mato Grosso foi o único estado em que a agricultura incorporou mais áreas do que a pecuária, 52,7% a 42,4%, respectivamente; sendo que em Minas Gerais as áreas de lavouras responderam somente por 13,2%. É importante ressaltar que Mato Grosso, dos quatro estados, foi onde o POLOCENTRO teve uma participação menor.

Quanto às áreas de lavouras, diferente da diversificação proposta pelo programa, a cultura da soja foi predominante, de 80.000 hectares, em 1975, passou para 508.289 em 1980. Culturas como milho, feijão, mandioca não tiveram crescimento significativo, com exceção de algumas áreas pontuais. O arroz, por ser considerado uma cultura de abertura de novas áreas, teve um ligeiro crescimento nos primeiros anos da abertura de áreas novas.

A Fundação João Pinheiro (1984, p.1131), em sua análise sobre as áreas incorporadas pelo POLOCENTRO com suas respectivas atividades, chega aos percentuais registrados nos gráficos abaixo:

Gráfico 01

ÁREA DE ATUAÇÃO DO POLO CENTRO



Quando se compara essa ocupação por Estado temos:

Gráfico 02

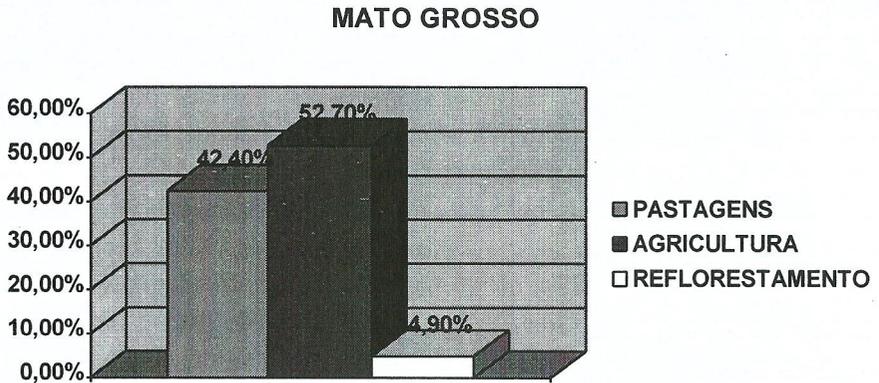


Gráfico 03



Gráfico 04

GOIÁS

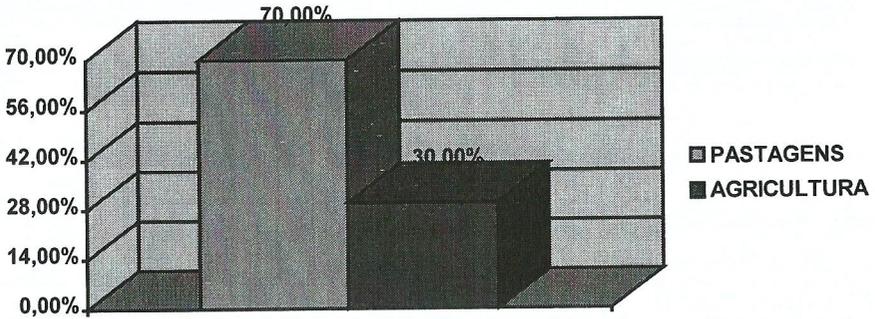
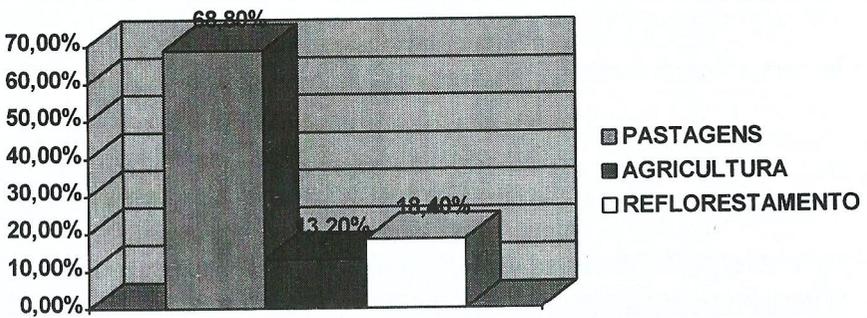


Gráfico 05

MINAS GERAIS



Esse números demonstram que, exceto em Mato Grosso, a pecuária é responsável pela maioria das aberturas de áreas nos Cerrados.

PRODECER - um programa japonês para os Cerrados

Os japoneses estão envolvidos com os Cerrados desde o Acordo Básico assinado em 1971, como está citado acima, e estão envolvidos diretamente no processo de produção desde o PADAP. Porém, será a partir do Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados - PRODECER, que é fruto de um acordo de cooperação entre o governo brasileiro e o governo japonês, assinado em 1976, para o desenvolvimento dos Cerrados, que os japoneses, além de financiar, como em projetos anteriores, vão elaborar e controlar a execução de um projeto de produção agrícola nos Cerrados.

Segundo o acordo, esse programa tinha por finalidade: “**umentar a produção de alimentos**, desenvolvimento e a **modernização das atividades** agropecuárias da região do Cerrado, mediante a **incorporação racional dessas áreas à economia do país**”. E seus objetivos eram:

Contribuir para o fortalecimento econômico e social do país, de produtores rurais e suas cooperativas , mediante a concessão de créditos de curto, médio e longo prazo baseados em planos simples, projetos técnicos ou projetos integrados, de modo a assegurar programação adequada das inversões a serem financiadas e **orientar os beneficiários na correta aplicação de técnicas agropecuárias modernas que permitam elevar a produtividade das explorações assistidas**² (grifo meu).

2 Banco Central do Brasil. Regulamento do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), Brasília, /s.d./, p.44.

Ainda dentro dos objetivos, o programa visava a um projeto piloto inicial de 50.000 hectares: “produzir principalmente, soja, milho, sorgo e trigo em associação racional com café e eucalipto, etc.”³

Segundo os critérios do programa, para serem assentados, os colonos deveriam ser:

selecionados pela CPA [Companhia de Promoção Agrícola, que posteriormente se denominou CAMPO]; **tenham na agropecuária sua atividade principal**; passem a residir no imóvel rural ou na sede do município onde este se localizar, no caso de pessoa jurídica; **sejam receptivos e acatem a metodologia de administração rural pelo órgão de assistência técnica**⁴. (Grifos meus)

Os grifos realçam algumas das contradições do programa, como, por exemplo: se o programa tinha como finalidade a produção de alimentos, estes já estavam definidos que seriam soja, milho, sorgo, trigo e café. É verdade que esses produtos são alimentos, mas são destinados em sua maioria para o mercado externo e não para a alimentação da população local, porém, da forma como é expressa, esta questão fica implícita ou escondida. Outro aspecto é a insistência da chamada “racionalidade”. Essa racionalidade assume um caráter dentro da lógica de produção, que nada mais é do que a racionalidade do capital, ou seja, os colonos assentados deveriam assumir essa lógica como condição para prosperarem, isso significa dizer que a possível produção existente nessas áreas era “irracional” dentro de tal lógica. Por último, cabe destacar a questão da técnica, que está imbricada na racionalidade, porém, funciona como um instrumento de controle e, ao mesmo tempo, como elemento de difusão de práticas consumidoras dos chamados insumos modernos.

3 Ibidem, p.44.

4 Ibidem, p.46.

O PRODECER, mais conhecido como projeto JICA, tornou-se o maior escândalo nacional no início da década de 1980. A denúncia partiu do Deputado Federal mineiro Hélio Duque, que, em 17 de abril de 1980, em discurso na tribuna da Câmara Federal, afirmou que estava em marcha um plano que visava à internacionalização de 60 milhões de hectares do Cerrado brasileiro. Segundo o denunciante, tal projeto visava a criar um enclave japonês no Brasil através da Japan International Cooperation Agency - JICA, uma estatal do governo japonês, uma vez que esse projeto já estava em andamento desde a assinatura de cooperação entre os governos brasileiro e japonês. Para a execução da trama, fora fundada em 1979 a CPA (Companhia de Promoção Agrícola), que depois se denominaria CAMPO, sendo esta o “cavalo de tróia” deste projeto.

A denúncia criou corpo e mesmo com todos os desmentidos dos integrantes do governo de que não havia nenhum PROJETO JICA, não se conseguiu convencer aqueles que se posicionavam contra o projeto. A oposição se estendeu da Loja Maçônica do Paraná até a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), passando por quase todas as agremiações de trabalhadores do campo. Mesmo entre denúncias, desmentido governamental e apelo dos opositores, o projeto continuou.

O projeto inicial previa uma área de 62 mil hectares nos Cerrados de Minas Gerais, com a perspectiva de aumentá-la para 500 mil em três anos, estendendo a outros estados. A ambição do projeto, segundo o deputado Hélio Duque, era a viabilização do Japão para competir no mercado internacional de cereais, formando inclusive para isso uma bolsa de cereais em Tóquio.

A pressão política da oposição ao acordo foi vencida pelo forte discurso do governo em nome do desenvolvimento brasileiro e da integração do país à economia mundial. Assim como outros temas que fizeram parte de “mobilização popular”, o PRODECER ou projeto JICA saiu do cenário nacional e hoje tem merecido pouca atenção, se resumindo a pesquisadores ou grupos de ONGs que estão próximas as áreas de sua atuação.

O PRODECER, atualmente na sua terceira etapa - PRODECER

III, está atuando nos estados do Maranhão (em Balsas) e do Tocantins (Porto Nacional) em uma área de aproximadamente 40 mil hectares.

Ao contrário do POLOCENTRO, que se baseou no crédito subsidiado, o PRODECER tem, como principal instrumento, o crédito supervisionado, com juros reais e empréstimos a médios e longos prazos. Outro fator de distinção entre esses programas é que o PRODECER não é um programa governamental, ele é administrado por uma empresa privada, a CAMPO, que por sua vez é dirigida por executivos japoneses e brasileiros.

Fora essas particularidades, o PRODECER segue o mesmo modelo tecnológico de ocupação dos Cerrados. Visa a incorporar novas áreas ao setor produtivo com culturas destinadas à exportação.

A distribuição espacial da ocupação dos Cerrados

A ocupação dos Cerrados se processou de uma forma extremamente rápida. Em pouco mais de duas décadas, foram ocupados mais de 50 milhões de hectares. Essa ocupação não se deu de uma forma homogênea, pois os diversos programas e seus resultados produziram uma espacialização diferenciada nos Cerrados. Uma possibilidade de visibilizar essas diferenças é agrupar as áreas no seu processo de ocupação. Nesse sentido, tomaremos como referência a proposta da WWF (Fundo Mundial para a Natureza) (1995, p.24), que divide a ocupação dos Cerrados em 3 zonas: Zona I - Área de agricultura comercial moderna, Zona II - Agricultura em expansão e Zona III - Agropecuária incipiente.

Zona I - Agricultura comercial moderna - A Zona I inclui as áreas de agropecuária comercial moderna e relativamente consolidadas do Cerrado. Abrange todo o Mato Grosso do Sul, sul de Mato Grosso, centro, sudoeste e sudeste de Goiás, Distrito Federal, Triângulo Mineiro, e oeste de Minas Gerais.

Caracteriza-se por possuir acesso favorável em relação aos merca-

dos dinâmicos do país e infra-estrutura básica relativamente desenvolvida. Em 1985, essa área já estava praticamente ocupada e seus estabelecimentos agrícolas alterados por processos agropecuários. Boa parte de suas unidades apresentavam agricultura de média intensidade, elevado nível de tecnificação, e produtividade apreciável, mesmo em termos nacionais. A Zona I é a maior produtora de soja, milho, café e feijão do Cerrado e tem importante participação na produção regional de arroz e de mandioca; ademais, concentra parcela amplamente majoritária do rebanho bovino da região.

Zona II - Agricultura periférica em expansão.

A Zona II é área de expansão recente da fronteira agropecuária, mas cujas unidades ainda apresentam intensidade de tecnificação reduzidas. Pode ser considerada em boa parte como uma extensão da Zona I. Abrange os municípios de Barra do Garças, Nova Xavantina, Canarana e Água Boa (Mato Grosso), e parte de Tocantins, Goiás, Minas Gerais, e Bahia. (...) Em 1985, parte dessa sub-região já dava sinais de dinamismo e modernização. Este foi, por exemplo, o caso de Barreiras, na Bahia.

Zona III - Agropecuária incipiente.

Trata-se de zona de agricultura pouco desenvolvida e que em 1985 apresentava grande proporção de seu território ainda não incorporado a estabelecimentos agropecuários. Abrange os estados do Maranhão e Piauí e parte de Mato Grosso e Tocantins.

Essa divisão, em que pese a necessidade de atualização, é importante porque mostra a progressão da ocupação dos Cerrados. Mesmo uma década depois, ela pode ser mantida, pois mesmo que as áreas das Zonas II e III tenham progredido no seu processo de ocupação, o que é verdadeiro, a Zona I não ficou estagnada. O processo vai definir novas funções para as áreas. Um exemplo disso é a área que estamos estudando e que está incluída na Zona I. Essa área passou e passa por transformações que continuam a diferenciá-la das Zonas II e III.

Uma vez consolidada a ocupação das terras, as transformações se processam internamente nas áreas, fazendo com que as mais antigas incorporem funções que vão exercer influências nas mais novas. Um exemplo disso é o processamento das matérias primas e o fornecimento de máquinas e insumos para essas novas áreas. O Sul mato-grossense é um centro especializado em sementes, principalmente de soja, que atende, além do Mato Grosso, parte de Mato Grosso de Sul e Goiás.

De acordo com os dados da WWF (1995), durante o período de 1970 a 1985, o incremento de novos estabelecimentos foi da ordem de 33,4%, ou seja, de 27,4 milhões de hectares, passando de 80,2 milhões em 1970 para 110 milhões de hectares. E acrescenta que, neste mesmo período, os diversos tipos de uso da terra nos estabelecimentos agrícolas foram da ordem de 30,6 milhões de hectares, o que equivale a 151% de incremento, passando de 20,2 milhões em 1970 para 50,7 milhões de hectares em 1985. O maior incremento nessas novas áreas foi com pastagens plantadas, que de 10,6% em 1970, passou para 28,2 % em 1985; enquanto as áreas de lavouras passaram de 3,8% para 8,7%, representando, aproximadamente, 1/3 das áreas com pastagens. As terras abertas, mas não utilizadas (“terras em descanso”), passaram de 7,5 milhões em 1970 para 10,3 milhões em 1980.

A articulação entre o desenvolvimento brasileiro e o processo de ocupação dos cerrados

O processo de transformações em que submergiu o país nos últimos 30 anos, redefine o desenvolvimento brasileiro na ordem capitalista. As mudanças desse período têm uma relação muito forte com a proposta de modernizar a sociedade brasileira. Tal proposta é anterior a esse período. Esse modelo de desenvolvimento que vem sendo implementado desde os anos 30, com um aprofundamento na década de 1950, é consumado nas últimas décadas. O Brasil sai de uma condição de país rural agro-exportador para uma condição de país urbano e industrializado.

A velocidade em que ocorreram essas transformações, sem, no entanto, causar rupturas na estrutura social brasileira, pode ser considerada uma particularidade do modelo de desenvolvimento brasileiro, ou seja, essas transformações não alteraram o *status quo* da classe dominante. Assim,

Se pudessemos definir o ‘modelo’ político brasileiro por seus sucessivos reajustes no curso da história, dir-se-ia que uma de suas características básicas é a de ter secretado uma classe política simultaneamente vinculada aos interesses agrários e ao desempenho das funções de Estado. Essa classe adquiriu a indispensável coesão que a fará presidir um longo processo de transformação social, mantendo sob controle o alargamento e a complexificação da comunidade política. (Camargo, 1981, p.123)

As relações de mando no Brasil estão baseadas em uma aliança entre o direito de propriedade privada, cada vez mais concentrada, e o capital, a qual provoca a apartação social. Esses são os pilares básicos de sustentação do Estado brasileiro, que remonta aos tempos do Império no Brasil.

Essa aliança tem mediado as relações econômicas, políticas e sociais e em momentos de “rupturas” ela se manteve, ou seja, rupturas como a libertação dos escravos, proclamação da República, Revolução de 30, redemocratização pós-45, desenvolvimentismo dos anos 50, golpe de-64, redemocratização pós-85 e a nova República não foram rupturas que colocassem em cheque essa aliança, aliás, foi através dela que muitos desses acontecimentos foram realizados.

Um dos elementos que constitui essa aliança é a relação entre o público e o privado. O Estado brasileiro foi e é apropriado pelo privado. A ação desse modelo tem sido apropriar-se privadamente dos benefícios do público e socializar os prejuízos do privado. “A política do favor, base e fundamento do Estado brasileiro, não permite nem comporta a distinção entre o público e o privado” (Martins, 1994, p.20).

A relação entre público e privado é o elo da aliança de apropriação e exclusão que tem modelado o Brasil.

As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle o aparelho do Estado. Em consequência, nenhum grupo ou partido político tem hoje condições de governar o Brasil senão através de alianças com esses grupos tradicionais. (Martins, 1994, p.40)

Um exemplo típico dessas alianças na atualidade é o governo de Fernando Herinque Cardoso, que, sustentado em uma aliança de centro-direita, adota uma política que, nos discursos dos idealizadores, está modernizando o Brasil, quando na verdade é crescente a exclusão social no país, por mais que os discursos digam o contrário.

Se esse modelo, na perspectiva interna, está baseado em relações que articulam interesses do privado sobre o público, no nível externo, elas se articulam em uma nova divisão internacional do trabalho que se deu no pós-guerra, a qual permitiu estender um certo nível de industrialização a alguns países subdesenvolvidos.

Esse processo de industrialização não se restringe ao urbano, mas incorpora também as atividades agrícolas, criando assim um “novo” modelo para a exploração na agricultura. Neste particular, os Cerrados são a face mais visível desse processo, pois a agricultura que é praticada nessas áreas está intrinsecamente ligada ao chamado modelo de modernização agrícola proposto pelo governo, a partir da década de 1960. Essa modernização agrícola se articula entre o subsídio direto e a construção de uma infra-estrutura, possibilitando ao capital espacializar-se em áreas mais distantes do centro-sul, centro dinâmico da economia nacional.

ABSTRACT

PEIXINHO, Dimas Moraes. The process of Cerrados occupation, *Temporis(Ação)*, Goiás, v.1, n.5/6, jan/dez. 2002.

In this text I make an analysis of the process of *Cerrados* occupation through the encouragement policies of that government created in the 70's. The adopted policies allowed the implanation of a technical pattern based on agricultural mechanization and on the use of chemical *insumos* for the production of agricultural goods adressed to the external market, mainly the soya been. These programs, coupled with a net of infra-structures, have changed the *Centro Oeste* region dynamics, producing a new speciality, in which different forms are gathered, thus extending the contradictions of this particular regional setting.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz. Contribuição a geomorfologia da área dos Cerrados. In: *Simpósio sobre o Cerrado*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1963.

ADÂMOLI et alli. Caracterização da região dos Cerrados. In: *Solos dos Cerrados: tecnologia e estratégias de manejo*. São Paulo: NOBEL, EMBRAPA, 1985.

ALVIN, Paulo de T. Repensando a teoria da formação dos campos Cerrados. In: *Anais do VIII Simpósio sobre Cerrado*. Brasília: EMBRAPA, CPAC, 1996.

ARANTES, Neylson Eustáquio, SOUZA, Plínio Itamar de Mello de. *Cultura da soja nos Cerrados*. Piracicaba, SP: Patafos, 1993.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Regulamento do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)*, Brasília, 1975.

BECKER, Berta K. et alli. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Brasília, Rio de Janeiro: Ed. Unb, Ed. UFRJ, 1990.

BERNARDES, Júlia Adão. As estratégias do capital no complexo da soja. In: *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

BERTRAN, Paulo. *Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste do Brasil*. Brasília: Ed. UFG, 1988.

BRASIL - Conselho de Desenvolvimento Econômico. *Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola*. Brasília, Diário Oficial da União, 1974.

BRUM, Argemiro J. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

CARDOSO, Alexandre Nunes. Manejo e conservação do solo na cultura da soja. In: *Cultura da soja nos Cerrados*. Piracicaba, SP: Patafos, 1993.

CARVALHO, Izabel. *Análise de uma proposta de modernização nos Cerrados (POLOCEN-*

TRO 1975-1979). 1984. Tese de Doutorado, USP, 1984.

CERRI, Claudio. Fronteira: na hora da verdade. In: *Globo rural*, São Paulo, Globo, nov/1990.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Para onde vão nossos alimentos: invasão do Cerrado brasileiro*. Goiânia: CPT, 1981.

DUARTE, Aluizio Capdeville. Estrutura do espaço regional. In: *Geografia do Brasil: região Centro-Oeste*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 1988.

EMBRAPA, CPAC. *Primeira reunião sobre pesquisa sócio-econômica na região dos Cerrados*. Brasília, Set. 1995, mimeo.

EMATER - Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural. *Anuário agropecuário e agroindustrial do Mato Grosso*, Cuiabá, EMPAER, 1997.

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural. *Manual técnico*, Brasília, 1979.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Estudos para a redefinição do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados*, Belo Horizonte, 1984.

FUNDAÇÃO PRÓ-NATUREZA (FUNATURA) *Simpósio alternativas de desenvolvimento dos Cerrados: manejo e conservação dos recursos naturais renováveis*. Brasília, 1989.

GUANZIROLI, Carlos E., FIGUEIRA, Stephen Creuza. *Cerrados: uma contra reforma agrária capitalista*. Rio de Janeiro, IBASE, 1986, mimeo.

JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY (JICA). *Acordo básico celebração entre JICA e CAMPO*. Trad. Bunny Gustave Persijn. Brasília, 1979.

KLINK, Carlos. A relação entre o desenvolvimento agrícola e a biodiversidade. In: *VIII Simpósio sobre o Cerrado*. Brasília: EMBRAPA, CPAC, 24-29 mar. 1997.

LOPES, Alfredo Scheid. *Solos sob "Cerrado": características, propriedades e manejo*. Piracicaba, SP: Patafós, 1984.

LUCHIARI JUNIOR, et alii. Manejo do solo e aproveitamento de água. In: *Solos dos Cerrados; tecnologia e estratégias de manejo*. São Paulo: NOBEL, EMBRAPA, 1985.

MARTIN, Paulo San, PELEGRINI, Bernardo. *Cerrados: uma ocupação japonesa no campo*. Rio de Janeiro: Codecri, 1984.

———. *Projeto JICA*. Londrina, PR: URGENTE, PRUFAL, /s/d/.

OLIVEIRA, Tito Carlos M. de. *Agroindústria e reprodução do espaço: o caso da soja no Mato Grosso do Sul*. 1994. Tese de Doutorado, FFLCH/USP, São Paulo, 1994.

PAULA, Walder Barcelos de. *Solos dos Cerrados*. Rondonópolis, 1996, mimeo.

PEREIRA, Benedito Dias. *Industrialização da agricultura no Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1995.

PINTO, Maria Novaes (org.). *Cerrado*. 2.ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília - Ed. UnB, 1993.

PIRES, Mauro Oliveira. *Desenvolvimento e sustentabilidade: um estudo sobre o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER)*. 1996. Dissertação de Mestrado, Brasília, 1996.

SALIM, Celso. *Políticas estatais e desenvolvimento nos Cerrados; conseqüências econômicas e sociais do POLOCENTRO*. Dissertação de Mestrado, Brasília, 1981.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA). *O POLOCENTRO e o desenvolvimento do Centro-Oeste*. Brasília, nov. 1978.

SILVA, José Antônio. *Frutas nativas dos Cerrados*. Brasília: EMBRAPA, CPAC, 1994.